

AGRESSIVIDADE TRIBUTÁRIA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DAS PESQUISAS BRASILEIRAS

TAX AVOIDANCE: A SYSTEMATIC REVIEW OF BRAZILIAN RESEARCH

DOI: [HTTP://DX.DOI.ORG/10.13059/RACEF.V15I3.1217](http://dx.doi.org/10.13059/RACEF.V15I3.1217)

Bárbara Barcelos Monteiro Santos

barbarabarcelos@id.uff.br

Universidade Federal Fluminense

Geovane Camilo dos Santos

geovane_camilo@yahoo.com.br

Universidade Federal Fluminense

Cíntia de Melo de Albuquerque Ribeiro

cintiaalbuquerque@id.uff.br

Universidade Federal Fluminense

Leonardo José Seixas Pinto

leonardopinto@id.uff.br

Universidade Federal Fluminense

Data de envio do artigo: 21 de Janeiro de 2024.

Data de aceite: 29 de Julho de 2024.

Resumo: O objetivo deste estudo foi identificar os principais resultados e métricas de agressividade tributária em pesquisas brasileiras. Assim, realizou-se uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL) na base SPELL, encontrando-se 36 estudos aderentes a pesquisa. Os resultados indicam predominância masculina nas publicações, sendo o autor mais prolífero é o professor Antonio Lopo Martinez, seguido por outros 7 autores com 2 publicações cada. A instituição de ensino que concentra a maior quantidade dos autores é a Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE). A principal métrica de agressividade tributária identificada foi Effective Tax Rate (ETR), presente em 28 estudos, seguida pela Book-Tax Differences (BTD) em 16 e ETR cash em 10. Percebe-se que há espaço para desenvolvimento de pesquisas relacionadas a temas recentes como Covid-19, indicadores Environmental, Social and Corporate (ESG) e reforma tributária. A principal contribuição deste estudo é evidenciar aos pesquisadores brasileiros na área de contabilidade e tributação, as principais métricas de agressividade tributária e sugerir caminhos para pesquisas futuras. O estudo também contribui evidenciando que algumas métricas tradicionais, como a ETR e BTD podem não ser as mais ideais para a análise da agressividade tributária no contexto brasileiro, pois a carga tributária tem predominância de tributos sobre o consumo.

Palavras-chave: Agressividade Tributária; ETR; BTD, Revisão Sistemática.

Abstract: *The aim of this study was to identify the main results and metrics of tax avoidance in Brazilian research. Thus, a Systematic Literature Review (SLR) was conducted using the SPELL database, identifying 36 studies relevant to the research. The results indicate a male predominance in publications, with the most prolific author being Antonio Lopo Martinez, followed by 7 other authors with 2 publications each. The educational institution with the highest concentration of authors is the Foundation Institute of Accounting, Economics, and Finance of Espírito Santo (FUCAPE). The primary tax*

avoidance metric identified was the effective tax rate, present in 29 studies, followed by book-tax differences in 17 and ETR cash in 10. It is evident that there is room for the development of research related to recent topics such as Covid-19, Environmental, Social, and Corporate practices, and tax reform. The main contribution of this study is to highlight the key metrics of tax aggressiveness and suggest directions for future research. The study also contributes by highlighting that some traditional metrics, such as the Effective Tax Rate (ETR) and book-tax differences (BTD), may not be the most ideal for analyzing tax aggressiveness in the Brazilian context, as the tax burden predominantly consists of consumption taxes.

Keywords: Tax Avoidance; ETR; BTD, Systematic Review

1 INTRODUÇÃO

A carga tributária no Brasil é uma das maiores do mundo (Lima; Rezende, 2019; Martinez; Cerize, 2020; Sampaio; Marques, 2015). Nesse sentido, as empresas podem adotar práticas para a redução da carga tributária, conforme Curva de Laffer (Laffer, 1979). Segundo Laffer (1979), a elevação das alíquotas tem um efeito inverso na arrecadação, visto que o contribuinte tem a percepção que está ocorrendo um esgotamento de sua capacidade contributiva. Diante disso, podem adotar práticas legais, questionáveis ou ilegais, que levam à redução da arrecadação, conhecida na área acadêmica como agressividade tributária (Braga, 2017; Martinez; Ramalho, 2017).

A agressividade tributária tem sido estudada tanto como uma variável dependente (busca de seus determinantes) quanto como variável explicativa. Em relação ao primeiro ponto, significa que seu comportamento é modificado quando exposta a outras variáveis, como: características da empresa (endividamento, tamanho, fluxos de caixa e rentabilidade) (Araújo et al., 2021; Marinho; Almeida; Machado, 2022; Martinez; Silva, 2019; Santos et al., 2021); papel social das empresas e impostos estaduais (Hasan et al., 2017);

principais clientes e fornecedores (Cen et al., 2017); a multinacionalidade e ativos intangíveis (Lima et al., 2021); características dos gestores (Araújo et al., 2021); e o poder de mercado (Gomes et al., 2022).

Nos estudos em que a agressividade tributária é utilizada como variável explicativa, ou seja, que ajudam a explicar variáveis respostas, tem-se considerado o efeito da agressividade tributária no pagamento de juros de empréstimos (Hasan et al., 2014), no custo da dívida de companhias abertas (Martinez; Silva, 2017), nos investimentos realizados pela organização (Marchesi; Zanoteli, 2020), na transparência corporativa (Moraes et al., 2021), na distribuição de riqueza e valor adicionado (Diniz; Martins, 2022) e na relação com o conservadorismo (Martinez; Santana Júnior; Sena, 2022).

Quanto aos estudos que analisaram a agressividade tributária a partir de uma revisão de literatura, Hanlon e Heitzman (2010) realizaram uma análise abrangente das pesquisas tributárias, dividindo-as em quatro áreas principais: i) o papel informativo das despesas de imposto de renda, ii) evasão fiscal, iii) tomada de decisão e impostos, e iv) precificação de ativos. Saragih e Ali (2023) examinaram o estado atual e possibilidades para estudos sobre risco fiscal. Lungu et al. (2023), por meio de uma revisão bibliométrica, investigaram a relação entre a qualidade da auditoria e a evasão fiscal. Khelil e Khlif (2023) descreveram a relação entre elisão fiscal e empresas familiares em sua revisão de literatura. Scarpa e Signori (2023) revisaram a literatura sobre tributação no contexto da Responsabilidade Social Corporativa (RSC) das empresas, visando aprimorar o entendimento sobre o tema de RSC.

Esses estudos de revisão (Hanlon; Heitzman, 2010; Khelil; Khlif, 2023; Lungu et al., 2023; Martinez, 2017; Saragih; Ali, 2023; Scarpa; Signori, 2023) não permitiram identificar os principais resultados, métricas e possibilidades de estudos sobre agressividade tributária no contexto brasileiro. A pesquisa de levantamento de Martinez (2017) não identifica as bases de dados estudadas e nem o período

considerado na seleção dos documentos. Além disso, Martinez (2017) destaca a escassez existente em pesquisas brasileiras sobre agressividade tributária e ressalta a necessidade de mais estudos que identifiquem as métricas de agressividade tributária relacionadas aos tributos.

Assim, a questão problema que norteia esta pesquisa é: quais os principais resultados e métricas de agressividade tributária em revistas brasileiras? O objetivo deste estudo é realizar uma revisão sistemática da literatura para identificar os principais resultados e métricas de agressividade tributária em pesquisas brasileiras. Para isso, foi utilizada a base SPELL, buscando pelos termos “Agressividade Tributária” e “Tax Avoidance”, com filtros aplicados para artigos em “Português” nas áreas de Administração e Contabilidade.

Esta pesquisa se diferencia dos estudos anteriores ao focar na análise de estudos nacionais. Mesmo Martinez (2017) tendo investigado estudos nacionais, a sua análise foi realizada com estudos até 2016, sendo que ele concluiu que as pesquisas brasileiras em agressividade tributária ainda era embrionárias, as quais em maioria eram estudos em congressos, dissertações e teses. Ao realizar este estudo mais de 5 anos após a pesquisa de Martinez (2017) é possível identificar a evolução dos estudos nesse tema, principalmente em periódicos de melhores classificações, visto que a SPELL contém artigos com as melhores classificações Qualis.

A análise de pesquisas sobre agressividade tributária realizada no Brasil pode ser justificada pela carga tributária brasileira que se encontra entre uma das mais elevadas do mundo (Lima; Rezende, 2019; Martinez; Cerize, 2020; Sampaio; Marques, 2015). Esse fator pode contribuir para o aumento da agressividade tributária, corroborando a perspectiva da Curva de Laffer, que sugere que o aumento da carga tributária pode levar os contribuintes a adotar comportamentos mais agressivos em relação aos impostos.

A pesquisa contribui com pesquisadores das áreas de contabilidade e tributação ao

sistematizar as pesquisas brasileiras sobre agressividade tributária. Isso permite que os pesquisadores utilizem esses materiais como base para discussões em estudos futuros, ampliando o conhecimento sobre o tema e melhorando a qualidade das informações acerca dessa temática. A pesquisa identifica oportunidades para novos estudos, promovendo a realização de pesquisas relevantes e inovadoras no campo do conhecimento em questão. O estudo também contribui evidenciando que algumas métricas tradicionais, como a Effective Tax Rate (ETR) e book-tax differences (BTD) podem não ser as mais ideais para a análise da agressividade tributária no contexto brasileiro, pois a carga tributária tem predominância de tributos sobre o consumo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Em um levantamento realizado entre 2008 e 2017, foi constatado que países da América Latina e Caribe possuíam uma carga tributária de 21,9%, enquanto o Brasil apresentava 32,4% (Receita Federal do Brasil, 2021). Rodrigues e Galdi (2020) reforçam essa afirmação e ressaltam a complexidade da legislação tributária brasileira.

Para manter o Estado funcionando, os líderes governamentais acabam aumentando a carga tributária e justificando-a como necessária. Isso gera discussões sobre como ter uma boa arrecadação para sustentar a máquina pública, sem sobrecarregar os cidadãos. No entanto, os benefícios gerados à população não são satisfatórios para os contribuintes. Ao aumentar a carga tributária, o consumo pode ser reduzido, visto que os produtos se tornam mais caros, principalmente no caso do Brasil, que tem a sua maior tributação sobre o consumo (Lima; Rezende, 2019).

Considerando esses fatos, as empresas buscam diminuir o efeito externo tributário gerado pelo governo, que reduz o valor disponível para investir em suas atividades, buscando diminuir os impostos que são pagos (Alm; Liu; Zhang, 2019; Marques et al., 2022a). Nesse sentido, a melhor forma para melhorar o

desempenho financeiro da organização seria o planejamento tributário, que busca equilibrar a operacionalização da produção e atender as exigências tributárias ((Santos; Oliveira, 2020).

defendem que o planejamento tributário deve ser pautado nas leis, com o objetivo principal de reduzir o pagamento de tributos, o que pode salvar os negócios devido à alta concorrência atual. Costa e Amorim Júnior (2020) concordam que o planejamento tributário deve se pautar no ordenamento jurídico, além de estruturas contábeis e fiscais para melhorar as obrigações tributárias da empresa. Com isso, a adesão ao planejamento tributário vem aumentando, na busca de esquivar-se do fato gerador dos tributos (Costa; Amorim Júnior, 2020). No entanto, algumas empresas ultrapassam os limites legais, enquadrando-se no conceito de agressividade tributária (Marques et al., 2022a).

Gomes et al. (2021) entendem o planejamento tributário como uma busca legal para identificar brechas nas leis tributárias e, assim, diminuir o tributo. Mamede Junior et al. (2023) adotam um posicionamento mais amplo, incluindo no conceito a redução de tributos com finalidade de evasão fiscal. Por isso, quanto mais distante da legislação tributária o planejamento estiver, maior será a sua agressividade (Gomes et al., 2021).

Entretanto, não é possível ter a certeza se uma empresa possui um planejamento tributário mais agressivo, pois normalmente são suposições que precisam ser provadas (Marques et al., 2022a). Nerudova et al. (2020) observaram que normalmente as grandes empresas se enquadram mais no perfil da agressividade fiscal, utilizando-se mais de paraísos fiscais para isso.

Devido à necessidade de aumento constante nos investimentos públicos e, conseqüentemente, na arrecadação, o governo vem buscando alternativas para combater ações vistas como agressivas tributariamente, mesmo que a norma antielisiva ainda não esteja totalmente regulamentada (Costa; Amorim Júnior, 2020; Lima; Rezende, 2019). No mundo, a prática de cruzamento de dados eletrônicos vem dificultando a sonegação (Lima; Rezende, 2019).

Na Austrália, por exemplo, surgiu pressão por parte da sociedade sobre o governo para que essa prática possa ser controlada, já que ocorreu aumento da agressividade por parte das multinacionais (Oguttu; Kayis-Kumar, 2020). Ao tratar da agressividade tributária é importante destacar quais são as principais métricas usadas na literatura, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Métricas utilizadas nos estudos

| Métricas | Fórmula | Interpretação | Referências |
|----------------|---|---|---|
| BTD | $LAIR - \left(\frac{\text{Despesa IRPJ e CSLL}}{0,34} \right)$ | Quanto mais alto o seu resultado, mais agressiva é a empresa. | (Chiachio; Martinez, 2019; Marchesi; Zanoteli, 2020; Martinez; Ramalho, 2017; Santos; Rezende, 2020; Tardin; Oliveira, 2021). |
| BTD Dummy | 1 se a variável é maior do que a mediana do setor, 0 caso contrário | Empresas acima da mediana são consideradas mais agressivas. | (Marchesi; Zanoteli, 2020). |
| BTD Permanente | $BTDT - BTDE$ | Quanto mais alto o seu resultado, mais agressiva é a empresa. | (Barbosa; Costa, 2021; Marques <i>et al.</i> , 2022b). |
| BTD Temporária | $\frac{\text{Despesa com IR temporário}}{\frac{\text{Aliquota máxima de IR}}{\text{Ativo total no período}}}$ | Quanto mais alto o seu resultado, mais agressiva é a empresa. | (Barbosa; Costa, 2021; Marques <i>et al.</i> , 2022b). |
| ETR | $\frac{\text{Despesa total com impostos}}{\text{Lucro Antes dos Impostos}}$ | Quanto menor o seu resultado, mais agressiva é a empresa. | (Marchesi; Zanoteli, 2020; Marinho; Almeida; Machado, 2022; Martinez; Ramalho, 2017; Martinez; Silva, 2017; Moraes <i>et al.</i> , 2021). |
| ETR cash | $\frac{\text{Valores pagos de IRPJ + CSLL}}{LAIR}$ | Quanto menor o seu resultado, mais agressiva é a empresa. | (Mamede Junior <i>et al.</i> , 2023; Martinez; Silva, 2018; Moraes <i>et al.</i> , 2021; Santos; Rezende, 2020). |
| ETR Corrente | $\frac{\text{Despesa corrente IRPJ + CSLL}}{LAIR}$ | Quanto menor o seu resultado, mais agressiva é a empresa. | (Mamede Junior <i>et al.</i> , 2023; Ramos; Martinez, 2018). |
| ETR Diferida | $ETR - 0,34$ | Quanto mais alto o seu resultado, mais agressiva é a empresa. | (Chiachio; Martinez, 2019; Marques <i>et al.</i> , 2022a). |
| ETR Dummy | 1 - 25% da amostra MAIS agressiva fiscalmente e 0 - 75% da amostra MENOS agressiva fiscalmente | Quando o valor é 1, a empresa é mais agressiva. | (Rodrigues; Martinez, 2018). |
| ETR Gaap Dummy | 1 se a variável é maior do que a mediana do setor, 0 caso contrário | Quanto menor o seu resultado, mais agressiva é a empresa. | (Marchesi; Zanoteli, 2020). |
| ETR ICMS | $\frac{ICMS\ incidente}{Valor\ adicionado}$ | Quanto menor o seu resultado, mais agressiva é a empresa. | (Gomes <i>et al.</i> , 2021). |
| ETR Long Run | $\frac{Somatório\ de\ despesas\ de\ imposto}{Somatorio\ Lair}$ | Quanto menor o seu resultado, mais agressiva é a empresa. | (Costa; Amorim Júnior, 2020; Martinez; Santana Júnior; Sena, 2022). |
| IPTE | $\frac{T}{TVAD - EP}$ | Quanto menor o seu resultado, mais agressiva é a empresa. | (Vello; Martinez, 2014). |
| TA1 | $\frac{\sum_{t-2}^t (PTEBX \times \tau) - \sum_{t-2}^t CTP}{\sum_{t-2}^t (PTEBX)}$ | Quanto mais alto o seu resultado, mais agressiva é a empresa. | (Araújo <i>et al.</i> , 2021; Braga, 2017). |
| TP | Taxa de imposto estatutária – ETR | Quanto mais alto o seu resultado, mais agressiva é a empresa. | (Cappellesso; Rodrigues, 2019) |
| TTVA | $\frac{Carga\ tributária\ total}{Valor\ total\ adicionado}$ | Quanto menor o seu resultado, mais agressiva é a empresa. | (Mamede Junior <i>et al.</i> , 2023; Marinho; Almeida; Machado, 2022). |
| TTVA anormais | $TTVA - TTVA\ mediana\ do\ setor\ no\ ano$ | Quanto menor o seu resultado, mais agressiva é a empresa. | (Gomes <i>et al.</i> , 2022). |

Legenda: BTD = book-tax differences; LAIR = Lucro Antes dos Impostos; BTD Permanente = book-tax differences permanente; BTDT = book-tax differences total; BTDE = book-tax differences temporária; ETR = Taxa efetiva de imposto; ETR cash = Taxa Tributária Efetiva de Caixa; IRPJ = Imposto de Renda Pessoa Jurídica; CSLL = Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; ETR Corrente = Taxa Efetiva de Imposto Corrente; ETR Gaap Dummy = Taxa Efetiva dos Tributos sobre o Lucro; ETR Long Run = Taxa Efetiva de Imposto a Longo Prazo; T: Impostos, taxas e contribuições distribuídos da empresa; TVAD: Valor adicionado total a distribuir da empresa; TTVA anormais = Assume um para empresas acima da mediana do setor no ano

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é classificada como exploratória, visto que busca informações sobre resultados, métricas e possibilidade de estudos sobre agressividade tributária em revistas brasileiras, e descritiva, pois busca descrever as características das publicações bibliográficas sobre agressividade tributária no Brasil. Os procedimentos adotados para realização da pesquisa foi a Revisão Sistemática da Literatura.

3.1 Revisão Sistemática da Literatura

De acordo com Denyer e Tranfield (2009), a revisão sistemática tem por objetivo explorar uma questão específica, com o intuito de localizar e selecionar estudos existentes para sintetizar seus dados e relatar suas evidências. A adoção do método de Revisão Sistemática é relevante, pois permite executar um processo de pesquisa rigoroso e transparente, garantindo a validade, confiabilidade e objetividade da pesquisa (Massaro; Dumay; Guthrie, 2016). Portanto, seguiram-se os princípios distintos e exigentes estabelecidos por Denyer e Tranfield (2009) (transparência, inclusividade, explicativa e heurística) para realização de revisões sistemática, os quais a diferenciam de outros métodos de revisão, permitindo obter evidências sólidas e confiáveis.

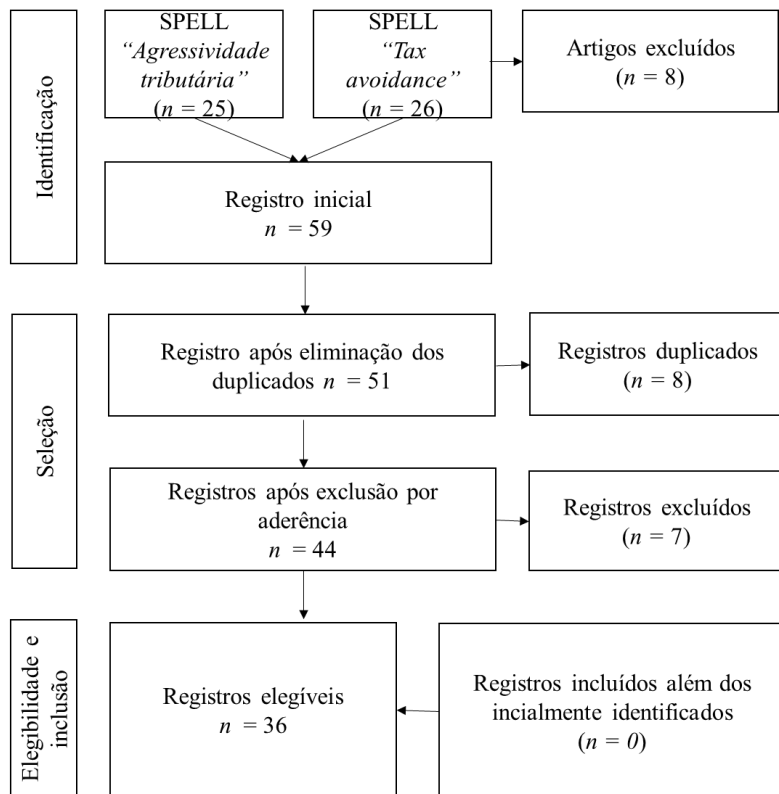
Para identificar as pesquisas brasileiras sobre Agressividade tributária, foi utilizada a base de dados Scientific Periodicals Electronic Library (SPELL). Esta base é um portal brasileiro que contém um sistema de indexação, pesquisa e disponibilização, sem custos, que contempla as áreas de Administração, Contabilidade e Turismo. Trata-se de uma iniciativa da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD), sendo um importante repositório de artigos científicos da área das ciências sociais aplicadas (D'Abreu; Santa Ritta; Brauer, 2020).

O primeiro passo foi escolher os termos-chave de busca, sendo eles "Tax Avoidance" e "Agressividade Tributária". Essas palavras foram utilizadas no campo de busca na opção

título, sendo realizada em 25 de agosto de 2023. O segundo passo foi estabelecer os critérios de inclusão e exclusão. Como critério de inclusão, os estudos deveriam pertencer a área de "Administração" e/ou "Contabilidade", ser escrito no idioma "português", e terem sido publicados até o ano de 2022. Optou-se por não coletar dados do ano de 2023, visto que o ano ainda estava em andamento, e, assim, não haveria uma base anual para comparação com os demais anos. Como critério de exclusão, foram desconsiderados os artigos que não tinham relação com a proposta de estudo (n=1) e os estudos qualitativos (n=7), visto que esses não fornecem as métricas necessárias para proxy de agressividade tributária. Os artigos em duplicidade (n=7) também foram eliminados.

O processo de identificação e seleção dos documentos é ilustrado na Figura 1 (próxima página).

Figura 1 – Fluxograma PRISMA



Fonte: Elaborado pelos autores

Conforme ilustrado na Figura 1, foram identificados inicialmente 51 artigos. Após a exclusão dos duplicados e artigos não aderentes a pesquisa, foram selecionados 44 documentos. No entanto, após a leitura do resumo, títulos, palavras-chaves, aspectos metodológicos e resultados, foram elegíveis 36 documentos.

Para viabilizar a análise dos dados, os documentos foram organizados em planilha eletrônica do Excel, e categorizados em oito grupos, de acordo com o tema tratado em cada pesquisa, conforme Quadro 2.

Quadro 2 – Categorias da pesquisa

| Categorias | Temas abordados |
|------------------------------|--|
| Auditoria e Fiscalização | Controle das empresas. |
| Características das empresas | Finanças, reorganização societária, presença em outros países e criação de empregos. |
| Características dos gestores | Relação dos gestores com a agressividade tributária. |
| Desenvolvimento sustentável | Sustentabilidade. |
| Mercado acionário | Concentração acionária, de mercado e diferenças entre os tipos de capital. |
| Normas contábeis | Demonstrações contábeis e transparência corporativa. |
| Obrigações acessórias | Obrigações com o governo e periodicidade de entregas das demonstrações contábeis. |
| Qualidade da informação | Gerenciamento de resultados e conservadorismo. |

Fonte: Elaborado pelos autores

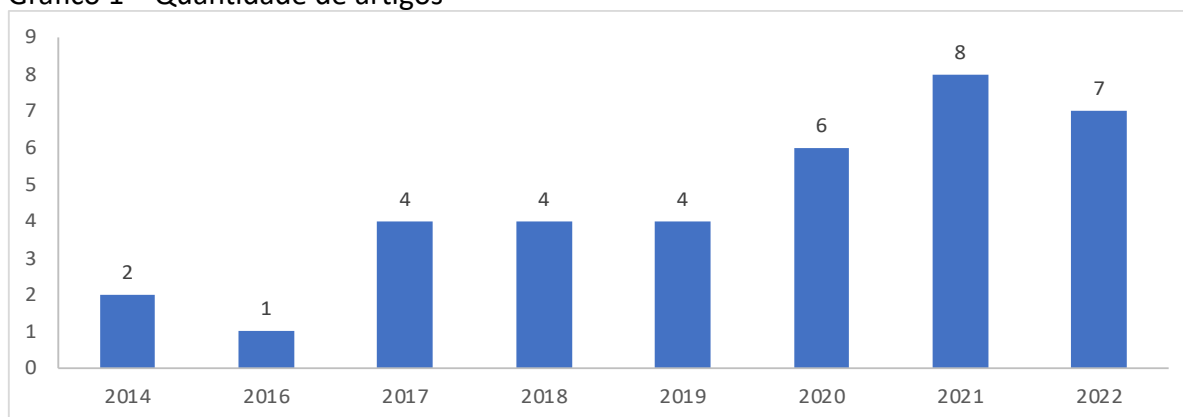
Os dados foram apresentados por meio de gráficos e tabelas.

4 RESULTADOS

4.1 Características das pesquisas

A quantidade de artigos publicados por ano está representada no Gráfico 1. As publicações analisadas compreenderam o período entre 2014 e 2022, com média geral de 4,11 artigos por ano. Isso demonstra que o tema agressividade tributária em pesquisas brasileiras é relativamente novo. O interesse pela temática está aumentando de forma lenta e gradual. Nota-se que, a partir de 2020, os artigos sobre Agressividade Tributária alcançaram maior número de publicações, representando 59,46% de todos os artigos publicados no período analisado.

Gráfico 1 – Quantidade de artigos



Fonte: Elaborado pelos autores

Uma possível justificativa para o aumento dos estudos sobre agressividade tributária a partir do ano de 2020 foi o surgimento da pandemia da Covid-19. Isso porque essa crise sanitária reduziu os resultados de diversas empresas (Wicaksono; Adi, 2023), e para a manutenção dos lucros nesse período crítico, os gestores aumentaram a agressividade tributária (Athira; Ramesh, 2023; Wicaksono; Adi, 2023). Com isso, os pesquisadores podem ter analisado o comportamento dos gestores nas práticas tributária das empresas. Uma outra possível justificativa é o aumento do número de programas de pós-graduação em Ciências Contábeis.

A análise por sexo revela predominância de autores do sexo masculino, conforme a Tabela 1. Dos 101 autores que publicaram estudos na área de agressividade tributária em revistas brasileiras, 69 são do sexo masculino e 32 do feminino. Esse resultado corrobora o estudo de Santos e Araújo (2019), que identificaram um percentual de 61,54% para autores do sexo masculino.

Tabela 1 – Divisão pelo sexo

| Autor | Frequência absoluta | Frequência relativa |
|-----------|---------------------|---------------------|
| Feminino | 32 | 31,68% |
| Masculino | 69 | 68,32% |

Fonte: Elaborada pelos autores

Na Tabela 2, é possível verificar a frequência absoluta e relativa dos pesquisadores, onde foram destacados os oito que mais produzem, sendo que esses tiveram duas ou mais publicações, solo ou em coautoria.

Tabela 2 – Divisão por autores

| Autor | Frequência absoluta | Frequência relativa |
|--|---------------------|---------------------|
| Antônio Lopo Martinez | 13 | 12,9% |
| Vagner Antônio Marques | 2 | 2,0% |
| Robério Dantas De França | 2 | 2,0% |
| Eduardo José Zanoteli | 2 | 2,0% |
| Silvania Neris Nossa | 2 | 2,0% |
| Raimundo Da Silva | 2 | 2,0% |
| Márcia Martins Mendes De Luca | 2 | 2,0% |
| Nadia Cardoso Moreira | 2 | 2,0% |
| Autores com apenas uma publicação cada | 74 | 73,3% |

Fonte: Elaborada pelos autores

Observa-se que um pequeno grupo de autores é responsável por publicar 25,9% do total de estudos sobre agressividade tributária. Esse resultado alinha-se ao estudo de Machado Junior et al. (2016), que encontraram um percentual de autores com dois ou mais artigos publicados de 25%. Isso sugere que há poucos pesquisadores engajados com o tema.

O autor de maior destaque em agressividade tributária e com maior engajamento é Antonio Lopo Martinez, com 13 publicações. Ele é professor de Finanças Públicas e Direito Tributário brasileiro na Universidade de Coimbra desde 2022, pesquisador da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade Economia e Finanças (FUCAPE) desde 2018, e Auditor da Receita Federal do Brasil desde 1994. Suas principais áreas de pesquisa são a contabilidade financeira, tributária e direito tributário, além de possuir projetos em andamento nessas áreas, como o de agressividade tributária corporativa desde 2017 (Martinez, 2023).

Essa formação e experiência o faz um grande conhecedor do tema de agressividade tributária, com artigos relevantes publicados em revista de alta qualificação no Qualis CAPES, tais como: Revista Contabilidade & Finanças (A2); Revista de Administração Contemporânea (A2); Enfoque: Reflexão contábil (A3); Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade (A3); Revista Catarinense da Ciência Contábil (A3); Contabilidade Vista & Revista (A3); Revista Contemporânea de Contabilidade (A3); Advances in Scientific and Applied Accounting (A3) e Pensar Contábil (A4).

As instituições mais produtivas foram identificadas com base no número de vezes que foram citadas como filiações dos autores, conforme apresentado na Tabela 3.

Tabela 3 – Instituição de vínculo dos autores

| Vínculo dos autores | Frequência absoluta | Frequência relativa |
|--|---------------------|---------------------|
| Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças | 27 | 26,7% |
| Universidade Federal do Espírito Santo | 7 | 6,9% |
| Universidade Federal do Rio De Janeiro | 7 | 6,9% |
| Universidade de São Paulo | 7 | 6,9% |
| Universidade de Coimbra | 6 | 5,9% |
| Sem Identificação | 6 | 5,9% |
| Universidade Federal do Ceará | 5 | 5,0% |
| Universidade Federal da Paraíba | 5 | 5,0% |
| Universidade Federal de Minas Gerais | 4 | 4,0% |
| Universidade Federal de Goiás | 3 | 3,0% |
| Universidade Federal da Bahia | 3 | 3,0% |
| Universidade Federal de Pernambuco | 3 | 3,0% |
| Universidade de Brasília | 5 | 5,0% |
| Universidade Federal de Santa Catarina | 3 | 3,0% |
| Demais Instituições | 10 | 9,9% |

Fonte: Elaborada pelos autores

A Universidade que mais tem autores vinculados e que publica artigos sobre o assunto de agressividade tributária entre os trabalhos analisados é a FUCAPE. Trata-se de uma instituição de ensino superior particular criada em 2000 e localizada em Vitória, no Espírito Santo. Esse fato está diretamente relacionado ao fato de terem em seu quadro o autor mais produtivo, Antonio Lopo Martinez.

O estudo de Santos e Araújo (2019) também evidencia que a FUCAPE é a instituição de ensino mais produtiva no tema de planejamento tributário. Após a FUCAPE, os autores encontraram a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) como aquelas com o segundo maior número de produção. Assim, o fato da USP aparecer em segundo lugar naquele estudo corrobora aos resultados encontrados nesta pesquisa. Além da USP, neste estudo foram identificadas a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) que também possuem 7 publicações.

4.2 Revisão Sistemática

Estudos anteriores utilizam diferentes métricas para medir a agressividade tributária das empresas, cada uma com suas particularidades e aplicações para diferentes situações, dependendo do resultado que precisa ser encontrado. A Tabela 4, evidencia a frequência com que essas métricas foram utilizadas.

Tabela 4 – Métricas mais estudadas

| Variáveis | Frequência absoluta | Frequência relativa |
|--------------|---------------------|---------------------|
| ETR | 28 | 31,5% |
| BTD | 16 | 18,0% |
| ETR cash | 10 | 11,2% |
| TTVA | 6 | 6,7% |
| ETR Long Run | 3 | 3,4% |
| ETR corrente | 2 | 2,2% |
| TA1 | 2 | 2,2% |
| ETR Diferida | 2 | 2,2% |
| Demais | 9 | 10,1% |

Fonte: Elaborada pelos autores

Legenda: ETR = Effective Tax Rate; BTD = Book-Tax Differences.; ETR cash = Taxa Tributária Efetiva de Caixa; TTVA = Taxa de Tributação sobre o Valor Adicionado; ETR Corrente = Taxa Efetiva de Imposto Corrente; ETR Long Run = Taxa Efetiva de Imposto a Longo Prazo; ETR Diferida = Taxa Efetiva de Imposto Diferida; TA1 = Tax Avoidance 1. Demais = representam outras variáveis usadas na temática de agressividade tributária usadas nas publicações analisadas.

A métrica mais utilizada nos estudos foi a ETR, presente em 31,5% dos documentos. Ao analisar a média da ETR nos estudos, encontrou-se o valor de aproximadamente 21,70%. Isso indica que as empresas brasileiras, a partir dos resultados encontrados na literatura, são consideradas agressivas tributariamente, visto que a taxa nominal é de 34%, conforme legislação fiscal. Pires et al. (2023), ao analisarem a média das empresas brasileiras de capital aberto no período 2012 a 2022, encontraram taxa média de 18,1%, ficando abaixo, inclusive, da média mundial que é 23,5%. Isso se torna mais destoante quando se considera alguns setores específicos, como os de bens industriais, que apresentam alíquota próxima de 21,6%, enquanto o setor de consumo cíclico é de 14,4%.

As brechas legais existentes no Brasil e os benefícios fiscais são fatores que podem reduzir a carga tributária de determinados setores em mais de 50%, sendo que a taxa média é reduzida em 36,47%. Entre os principais benefícios fiscais destacam: i) a Zona Franca de Manaus; ii) redução de prejuízos fiscais (até 30% do Lucro Ajustado pelas adições e exclusões); iii) exclusão de receitas

não tributadas; iv) pagamento de juros sobre capital próprio (questão em discussão para seu fim); v) benefícios fiscais ligados às doações; vi) depreciação, entre outros.

A segunda variável mais presente é a BTM, com 18% de frequência. O resultado dessa variável determina que quanto menor o valor, menos agressiva é a empresa. Outra variável que teve destaque foi a ETR cash com 11,2% de presença nos estudos. Quanto menor essa taxa, maior é a agressividade da empresa.

Apesar de as métricas ETR e BTM serem as mais utilizadas, tanto no Brasil quanto no exterior, existem críticas e limitações sobre elas (Martinez, 2017). Martinez et al. (2020) e Martinez (2017) defendem que tanto a ETR quanto a BTM estão focadas nos tributos sobre o lucro. Martinez et al. (2020) e Santos et al. (2018) ressaltam seu papel na qualidade da informação contábil e na previsibilidade de resultados futuros.

Em decorrência do Brasil ter a maior parte de sua carga tributária sobre o consumo, o uso dessas métricas não é o mais adequado, uma vez que elas incidem sobre o lucro (Martinez, 2017). Segundo Marques et al. (2022a), principalmente os tributos indiretos ao não serem considerados, podem gerar omissão sobre o comportamento da empresa. Por isso, estudos recomendam que seja usada a TTVA (Diniz; Martins, 2022; Gomes et al., 2022; Mamede Junior et al., 2023; Marinho; Almeida; Machado, 2022). Essa recomendação baseia-se no fato dessa variável considerar em seu cálculo a carga tributária total, inclusive os tributos sobre consumo que no Brasil apresentam maiores valores.

Cappellesso e Rodrigues (2019) defendem que a BTM é uma variável útil para detectar manipulações ocorridas no lucro contábil e tributário devido às lacunas nas normas financeiras e fiscais. Tardin e Oliveira (2021) argumentam que esse mesmo ponto positivo a torna fraca como variável de agressividade tributária, visto que proporciona a chance de escolhas oportunistas para atender o interesse de acionistas e gerentes para reduzir a carga tributária da empresa. Martinez et al. (2020) Martinez e Silva (2023) corroboram com essa

crítica no sentido de ser muito discutível seus resultados, quando considerados isoladamente, são muito discutíveis, pois a BTM também é uma métrica utilizada para medir gerenciamento de resultados.

Os estudos foram segregados de acordo com o foco do estudo dado à agressividade tributária, seja como variável dependente (Tabela 5) ou como explicativa (Tabela 6), nas próximas páginas.

Tabela 5 – Estudos que utilizaram a agressividade tributária como variável dependente

| Autores (ano) | Objetivo | Amostra | Relação Encontrada |
|--|---|---------|--------------------|
| Painel A – Auditoria e fiscalização | | | |
| Martinez; Cerize (2020) | Verificar se a estrutura de controle reduziu a agressividade fiscal. | 1.446 | - |
| Santos et al. (2021) | Investigar a associação temporal entre os serviços tributários prestados pelo auditor e a <i>Tax Avoidance</i> das empresas no Brasil. | 648 | - |
| Marinho; Almeida; Machado (2022) | Analisar a relação entre a qualidade de auditoria e as práticas de <i>Tax Avoidance</i> . | 296* | -/NS |
| Painel B – Características das Empresas | | | |
| Damascena et al. (2017) | Analisar a relação entre restrições financeiras e agressividade tributária. | 615 | + |
| Martinez; Silva (2018) | Analisar a associação entre a restrição financeira e agressividade tributária. | 545 | - |
| Painel C – Característica dos Gestores | | | |
| Santos; Rezende (2020) | Analisar os determinantes da evasão fiscal em instituições financeiras. | 2.716 | +/NS |
| Araújo et al. (2021) | Avaliar a associação entre o narcisismo do CEO e o <i>Tax Avoidance</i> em empresas brasileiras de capital aberto. | 382 | + |
| Mamede junior et al. (2023) | Investigar o efeito da remuneração do executivo na agressividade tributária no Brasil. | 931 | +/-/NS |
| Painel D – Desenvolvimento Sustentável | | | |
| Martinez; Ramalho (2017) | Analisar a relação entre a participação das empresas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e a agressividade tributária. | 535 | - |
| Painel E – Mercado Acionário | | | |
| Gomes et al. (2022) | Analisar se as empresas brasileiras listadas na B3 com maior poder de mercado são mais agressivas tributariamente. | 749 | + |
| Rodrigues; Galdi (2020) | Investigar se há diferenças entre agressividade fiscal entre empresas de capital aberto e fechado no Brasil. | 3597 | + |
| Medeiros et al. (2021) | Examinar em que extensão a concentração acionária impacta o nível de atividades de <i>Tax Avoidance</i> das empresas controladas pelo Estado. | 1740* | -/NS |
| Painel F – Normas Contábeis | | | |
| Braga (2017) | Investigar a associação entre a adoção mandatória das <i>International Financial Reporting Standards</i> (IFRS) e o nível de <i>Tax Avoidance</i> . | 41823* | + |
| Martinez; Silva (2019) | Mensurar a agressividade fiscal de empresas brasileiras com transações entre partes relacionadas no exterior. | 1593 | + |
| Painel G – Obrigação Acessória | | | |
| Gomes et al. (2021) | Identificar a relação existente entre a EFD -Fiscal e a agressividade tributária no recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de empresas listadas na B3. | 189 | NS |

Continua na próxima página

Continuação da Tabela 5

| Painel G – Obrigação Acessória | | | |
|--------------------------------|---|-------|-------|
| Chiachio; Martinez (2019) | Investigar se o nível de agressividade fiscal se altera dependendo da estrutura financeira de uma empresa para análise dinâmica do capital de giro. | 2.142 | NS |
| França; Monte (2019) | Analisar o efeito da reputação corporativa na <i>Tax Avoidance</i> de empresas brasileiras de capital aberto. | 1.575 | -/+NS |
| Costa; Amorim Júnior (2020) | Verificar se as empresas que realizaram reorganizações societárias apresentam maior nível de agressividade fiscal. | 9.204 | -/NS |
| Lima et al. (2021) | Analisar como a agressividade tributária é afetada pela multinacionalidade, considerando o nível de ativos intangíveis das empresas listadas na B3. | 888 | NS/+ |

Fonte: Elaborada pelos autores

Legenda: - Indica uma relação negativa entre a variável dependente e a variável de agressividade tributária; +: indica uma relação positiva entre a variável dependente e a variável de agressividade tributária; NS: indica que não há associação significativa entre a variável dependente e a variável de agressividade tributária.

Dos 36 estudos, 21 utilizaram a agressividade tributária como variável dependente, ou seja, nesses estudos, os autores buscaram identificar quais fatores podem explicar o maior/menor envolvimento das empresas em práticas de agressividade tributária no contexto brasileiro. Os resultados evidenciam que o estudo com menor amostragem foi o de Gomes et al. (2021), visto que eles analisaram apenas 3 anos, bem como a obrigação de realizar a Escrituração Fiscal Digital do Imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS). Já o estudo de Braga (2017) tem uma amostragem de 41.823, pois a autora analisa empresas de 37 países.

Na categoria denominada fiscalização/auditoria, os três estudos encontraram que a fiscalização pode ser um meio de redução da agressividade tributária (Marinho; Almeida; Machado, 2022; Martinez; Cerize, 2020; Santos et al., 2021), sendo que a contratação de serviços de uma empresa de auditoria reduz o pagamento dos tributos (Santos et al., 2021) e que empresas auditadas por auditoria de maior qualidade são menos agressivas (Marinho; Almeida; Machado, 2022).

Para a categoria características da empresa, foi observado que fatores como crise financeira (Damascena et al., 2017), maior limitação das empresas (Martinez; Silva, 2018), menor liquidez (Chiachio; Martinez, 2019), maior reputação empresarial (França; Monte, 2019) e a multinacionalidade combinada com maior quantidade de ativos intangíveis (Lima et al., 2021) aumentam a agressividade tributária. Por outro lado, a reorganização societária diminui (Costa; Amorim Júnior, 2020).

De acordo com a categoria características dos gestores, o tamanho da empresa e o retorno dos ativos são uns dos principais fatores para aumento da agressividade tributária (Santos; Rezende, 2020), assim como o narcisismo do CEO (Araújo et al., 2021) e crises políticas (Mamede Junior et al., 2023). Na categoria desenvolvimento sustentável, a única relação encontrada foi que as empresas participantes do ISE são menos agressivas (Martinez; Ramalho, 2017). Para a categoria mercado acionário, o maior poder de mercado (Gomes et al., 2022), companhias abertas (Rodrigues; Galdi, 2020) e baixa concentração acionária (Medeiros et al., 2021) são alguns dos determinantes para maior agressividade tributária.

Na categoria normas contábeis, os achados apontam que a adoção da IFRS (Braga, 2017) e investimentos no exterior (Martinez; Silva, 2019) aumentam o nível de agressividade tributária. Quanto à obrigação acessória, a sensação de aumento da fiscalização não diminuiu a agressividade tributária (Gomes et al., 2021). Em artigos que investigaram a qualidade da informação contábil, foi identificada que existe uma relação positiva entre o gerenciamento de resultados e gerenciamento de tributos (Cappellesso; Rodrigues, 2019).

Dos 36 estudos, 15 trataram a agressividade tributária como variável explicativa, conforme apresentado na Tabela 6.

Tabela 6 – Estudos que utilizaram a agressividade tributária como variável explicativa

| Autores (ano) | Objetivo | Amostra | Relação encontrada |
|--|---|---------|--------------------|
| Painel A – Auditoria e fiscalização | | | |
| Martinez, Lessa; Moraes (2014) | Investigar o efeito da agressividade tributária nos honorários das firmas de auditoria. | 770 | + |
| Painel B – Características das empresas | | | |
| Vello; Martinez (2014) | Verificar a associação do risco sistemático e o constructo para o planejamento tributário eficiente. | 223 | - |
| Martinez; Silva (2017) | Verificar a influência da agressividade fiscal no custo da dívida nas companhias abertas listadas na BM&FBOVESPA no período de 2009 a 2014. | 553 | + |
| Marchesi; Zanoteli (2020) | Analisar a relação das práticas de agressividade fiscal com o investimento das empresas. | 2.752 | + |
| Martinez; Silva (2020) | Estudar a relação entre criação de emprego e agressividade fiscal em empresas brasileiras. | 687 | NS/- |
| Andrade et al. (2021) | Analisar os efeitos da agressividade tributária sobre a rentabilidade de empresas brasileiras em processo de recuperação judicial. | 360 | + |
| Marques et al. (2022) | Analisar o efeito moderador dos estágios do ciclo de vida (ECV) das firmas na relação entre agressividade tributária e o nível de investimentos das empresas brasileira listadas na B3 | 3853 | -/NS |
| Xavier; Theiss; Ferreira (2022) | Analisar o impacto da agressividade fiscal na rentabilidade das empresas de capital aberto brasileiras. | 829 | + |
| Painel C – Normas Contábeis | | | |
| Ramos; Martinez (2018) | Verificar a relação entre a agressividade tributária e a republicação das Demonstrações Financeiras em empresas brasileiras listadas na B3. | 2.552 | -/NS |
| Rodrigues; Martinez (2018) | Analisar se a demora na divulgação das demonstrações contábeis pode ser explicada, em parte, pela agressividade fiscal. | 704 | NS |
| Moraes et al. (2021) | Analisar o efeito da agressividade fiscal sobre a transparência corporativa nas companhias brasileiras de capital aberto. | 1844* | +/NS/- |
| Diniz; Martins (2022) | Analisar como os aspectos do perfil tributário das empresas podem afetar a geração e a distribuição do valor adicionado entre os agentes. | 2732* | +/NS/- |
| Painel D – Qualidade da Informação Contábil | | | |
| Santos; Guimarães; Macedo (2018) | Analisar o impacto da agressividade tributária na qualidade das informações contábeis no Brasil. | 727 | -/+ |
| Tardin; Oliveira (2021) | Investigar se as empresas brasileiras se envolvem simultaneamente em práticas de gerenciamento de resultados via accruals discricionários e de agressividade tributária em períodos de crise econômica. | 2.301 | -/+NS |
| Martinez; Santana Júnior; Sena (2022) | Investigar se o grau de agressividade tributária está associado ao conservadorismo condicional no Brasil. | 1443* | +/NS |

Fonte: Elaborada pelos autores

Os resultados evidenciam que o estudo com menor amostragem foi o de Vello e Martinez (2014). Eles analisaram apenas 5 anos, abrangendo o período que antecedeu a adoção das normas internacionais de contabilidade (2005-2009). Marques et al. (2022a) apresentaram a maior amostra, devido à análise de dados trimestrais no período de 2012 a 2020.

Para a categoria auditoria, foi observado que empresas mais agressivas tributariamente estão mais dispostas a pagar mais por serviços de auditoria (Martinez et al., 2014). Quanto à categoria características das empresas, os resultados mostram que as empresas mais agressivas apresentam menor custo de dívida (Martinez; Silva, 2017) e estão associadas de forma positiva a mais investimentos (Marchesi; Zanoteli, 2020). Além disso, para empresas mais agressivas, a redução dos impostos pode levar a menos criação de empregos (Martinez; Silva, 2020), maior rentabilidade das empresas em recuperação judicial (Andrade et al., 2021) e, para empresas em crescimento, turbulência e declínio tem efeito positivo nos investimentos (Marques et al., 2022a). Entretanto, Xavier et al. (2022) não conseguiram comprovar em seu estudo a relação entre maior nível de agressividade fiscal e aumento da rentabilidade das companhias abertas, pois os resultados entre as proxies foram conflitantes.

Na categoria normas fiscais, observou-se que existe maior chance de republicação das Demonstrações Financeiras (Ramos; Martinez, 2018), demora na publicação das demonstrações contábeis (Diniz; Martins, 2022; Rodrigues; Martinez, 2018) e menor transparência corporativa (Moraes et al., 2021) em empresas mais agressivas. Quanto à categoria qualidade da informação contábil, verificou-se que a maior agressividade tributária aumenta o conservadorismo (Martinez; Santana Júnior; Sena, 2022) e prejudica a relevância das informações contábeis (Martinez; Santana Júnior; Sena, 2022; Santos; Guimarães; Macedo, 2018).

O estudo de Tardin e Oliveira (2021) testou tanto a variável dependente quanto a explicativa. Os autores concluem que apenas a BTM tem

efeito positivo, enquanto a interação com a crise é negativa. Além disso, é importante destacar que o estudo de Gonçalves et al. (2016) não pode ser categorizado dentro dessas duas variáveis devido ao fato de os autores não apresentarem um modelo de regressão. O objetivo proposto pelos autores foi verificar se as empresas abertas que recebem subvenção governamental são mais agressivas e se geram mais riqueza para a sociedade, comparando a outras empresas que não recebem esse benefício. Eles encontraram que essas empresas possuem maior elisão nos tributos sobre o lucro com maior distribuição de riqueza no pagamento dos tributos e do pessoal, o que justifica o incentivo dado pelo governo.

4.3 Agenda para pesquisas futuras

Os estudos analisados enfocaram o Brasil, e foram identificadas algumas sugestões de pesquisa futuras sugeridas pelos autores e que ainda são relevantes para a realidade brasileira:

- i) Analisar a relação entre agressividade tributária e a estrutura de propriedade (Martinez; Cerize, 2020);
- ii) Verificar a forma como os tributos sobre consumo podem ser incorporados na medida de agressividade fiscal no Brasil (Andrade et al., 2021; Marinho; Almeida; Machado, 2022);
- iii) Examinar o grau de conformidade entre lucros contábeis e tributários (Martinez; Silva, 2018);
- iv) Identificar a relação entre crise financeira e agressividade fiscal no Brasil (Medeiros et al., 2021);
- v) Desenvolver métricas diferentes das apresentadas nos artigos de origem (Gomes et al., 2022; Marchesi; Zanoteli, 2020; Martinez; Lessa; Moraes, 2014; Martinez; Silva, 2019; Moraes et al., 2021);
- vi) Verificar a relação entre agressividade tributária e as empresas que participam do ISE (Martinez; Ramalho, 2017);
- vii) Analisar a influência do poder de mercado na probabilidade de acidentes ambientais e indicadores que envolvem as questões de ESG (Gomes et al., 2022).

Além das sugestões identificadas em

pesquisas anteriores, algumas oportunidades de pesquisas podem ser exploradas a partir das lacunas identificadas no conjunto de documentos analisados neste artigo. Assim, sugere-se que estudos futuros busquem esclarecer a relação entre Agressividade tributária e:

- i) Práticas de greenwashing;
- ii) Comprometimento com os ODS;
- iii) Nível de envolvimento ESG;
- iv) Grau de comprometimento social;
- v) Empenho ambiental;
- vi) Nível de governança corporativa;
- vii) Características do conselho de administração, em especial a diversidade de gênero;
- viii) Qualidade de auditoria (Big 4);
- ix) Nível de risco;
- x) Qualidade da informação contábil (conservadorismo, gerenciamento de resultados, value relevance, comparabilidade);
- xi) Qualidade dos relatórios de sustentabilidade;
- xii) Transparência corporativa;
- xiii) Grau de investimento da empresa;
- xiv) Custo da dívida;
- xv) Valor de mercado;
- xvi) Nível de Endividamento;

Esses estudos podem ser desenvolvidos tanto no sentido de compreender a influência da agressividade tributária nessas questões, como no sentido de compreender a influência desses fenômenos na Agressividade tributária da empresa.

Além disso, dos 36 estudos analisados, apenas um foi realizado em instituições financeiras, o que demonstra ser oportuno desenvolver pesquisas com foco nesse setor. O setor financeiro é vital para a economia nacional e internacional, fazendo a intermediação financeira entre os agentes superavitários e deficitários (Santos; Rezende, 2020). Além do mais, são uma parte importante da elisão fiscal devido às informações privada de clientes, ampla rede de clientes e consultores, e capacidade de atuação em transações complexas (Gallemore; Gipper; Maydew, 2019).

Sugere-se também que estudos busquem compreender o comportamento da agressividade tributária antes, durante e após os períodos de crise, como a crise do subprime e da Covid-19. Isso porque os gestores podem aproveitar esses momentos conturbados para reduzir os tributos pagos com o propósito de melhorar seus resultados. Adicionalmente, estudos futuros podem analisar os impactos da reforma tributária na agressividade tributária das empresas brasileiras, visto que esse tema está em discussão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi realizar uma revisão da literatura para identificar os principais resultados e métricas de agressividade tributária em publicações brasileiras. A pesquisa foi conduzida na base SPELL utilizando-se os termos “Agressividade Tributária” e “Tax Avoidance”, resultando em uma amostra final de 36 documentos.

Constatou-se que os estudos brasileiros têm focado em investigar os fatores que influenciam a agressividade tributária, abrindo espaço para pesquisas que busquem compreender como a agressividade tributária impacta questões como: parecer de auditoria, investimentos sociais e ambientais, divulgação de informações de sustentabilidade, classificação de risco das empresas. Além disso, há oportunidades para pesquisas que explorem novos fatores que possam influenciar a agressividade tributária, como nível de envolvimento ESG das empresas, seu grau de sustentabilidade, práticas sociais e ou ambientais, características do conselho de administração e diversidade de gênero na gestão. É evidente a carência de estudos que explorem mais os resultados gerados pelas métricas ETR corrente, long run ou diferida e TA1, visando consolidar os conhecimentos existentes.

Um ponto que merece destaque é a escassez de pesquisas envolvendo a temática ESG, que é atual, relevante e está em crescimento constante nas pesquisas brasileiras e internacionais. Espera-se que a

adoção de práticas ESG impacte positivamente a redução da agressividade tributária, pois o envolvimento com fatores ESG promove maior transparência e preocupação com questões sociais e ambientais. Dessa forma, ao realizar o justo pagamento dos tributos, as empresas geram recursos para os governos investirem em políticas sociais e ambientais, colaborando para o desenvolvimento da sociedade e do meio ambiente.

Além disso, há oportunidade de estudos relacionando o nível de agressividade tributária antes e após as crises de 2008 e de Covid-19. As crises geradas por desastres ambientais, como os ocorridos no sul do país no final de 2023 e meados de 2024, também podem ser pontos de análises interessantes em um futuro próximo. Seria relevante investigar se esses eventos influenciaram o nível de agressividade tributária das empresas impactadas direta e indiretamente pelas catástrofes.

Os resultados deste estudo implicam na sistematização de informações antes fragmentadas na literatura, orientando pesquisas futuras relevantes sobre agressividade tributária. Ao estabelecer uma agenda para estudos subsequentes, este trabalho relaciona fenômenos poucos explorados ou não explorados nacionalmente, o que pode contribuir para o desenvolvimento dessa área de estudo no Brasil. Isso, por sua vez, pode influenciar a formulação de políticas tributárias e regulatórias, impactando a economia, a sociedade e o meio ambiente.

A principal limitação deste estudo foi o uso de apenas uma base de dados. Apesar dessa ser a principal base de dados brasileira de periódicos qualificados, sugere-se que pesquisas futuras incluam novas bases de dados em suas pesquisas ou ampliem o escopo para considerar estudos como dissertações, teses, artigos de congressos e periódicos revisados, proporcionando uma compreensão mais abrangente do desenvolvimento das pesquisas sobre agressividade tributária no Brasil. Outra limitação deste estudo é a classificação das pesquisas nas oito categorias, o que pode conter subjetividade na seleção. Portanto, recomenda-

se que estudos futuros ampliem ou refinem as categorias estudadas.

REFERÊNCIAS

- ALM, J.; LIU, Y.; ZHANG, K. Financial constraints and firm tax evasion. **International Tax and Public Finance**, [s. l.], v. 26, n. 1, p. 71–102, 2019.
- ANDRADE, A. M. D. *et al.* Agressividade tributária: uma análise dos efeitos sobre a rentabilidade de empresas em recuperação judicial no Rio de Janeiro. **Revista de Administração da Unimep**, [s. l.], v. 17, n. 4, p. 67–83, 2021.
- ARAÚJO, V. C. *et al.* Narcisismo do CEO e o tax avoidance corporativo. **Revista Contabilidade & Finanças**, [s. l.], v. 32, n. 85, p. 80–94, 2021.
- ATHIRA, A.; RAMESH, V. K. COVID-19 and corporate tax avoidance: International evidence. **International Business Review**, [s. l.], v. 32, n. 4, p. 102143, 2023. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0969593123000434>. Acesso em: 28 maio 2024.
- ATWOOD, T. J. *et al.* Home Country Tax System Characteristics and Corporate Tax Avoidance: International Evidence. **The Accounting Review**, [s. l.], v. 87, n. 6, p. 1831–1860, 2012.
- BARBOSA, J. D. S.; COSTA, P. D. S. Book-tax differences e rating. **Revista Universo Contábil**, [s. l.], v. 16, n. 2, p. 26, 2021.
- BRAGA, R. N. Efeitos da adoção das IFRS sobre o tax avoidance. **Revista Contabilidade & Finanças**, [s. l.], v. 28, n. 75, p. 407–424, 2017.
- CAPPELLESSO, G.; RODRIGUES, J. M. Book-tax differences como indicador de gerenciamento de resultados e de gerenciamento tributário: uma análise nos países do G-20. **Contabilidade, Gestão e Governança**, [s. l.], v. 22, n. 3, p. 352–367, 2019.
- CEN, L. *et al.* Customer–supplier relationships and corporate tax avoidance. **Journal of Financial Economics**, [s. l.], v. 123, n. 2, p. 377–394, 2017.
- CHIACHIO, V. F. D. O.; MARTINEZ, A. L. Efeitos do modelo de Fleuriet e índices de liquidez na agressividade tributária. **Revista de Administração Contemporânea**, [s. l.], v. 23, n. 2, p. 160–181, 2019.
- COSTA, F. M. D.; AMORIM JÚNIOR, R. L. Reorganizações societárias e agressividade tributária. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, [s. l.], v. 8, n. 3, p. 5–22, 2020.
- D’ABREU, I. M.; SANTA RITTA, P. M. A.; BRAUER, M. Análise das bibliometrias em administração na base Spell. **Revista Vianna Sapiens**, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 21, 2020.
- DAMASCENA, L. G. *et al.* Restrição financeira, taxa efetiva de impostos sobre o lucro e os efeitos da crise nas empresas de capital aberto listadas no B3. **Revista Universo Contábil**, [s. l.], v. 13, n. 4, p. 155–176, 2017.
- DENYER, D.; TRANFIELD, D. Producing a systematic review. *In*: THE SAGE HANDBOOK OF ORGANIZATIONAL RESEARCH METHODS. Thousand Oaks, CA: Sage Publications Ltd, 2009. p. 671–689.
- DINIZ, M. P. P.; MARTINS, V. G. A relação do perfil tributário das empresas com a geração de valor

adicionado e a sua distribuição aos agentes. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, [s. l.], v. 10, n. 3, p. 5–23, 2022.

FRANÇA, R. D. D.; MONTE, P. A. D. Efeitos da reputação corporativa na tax avoidance de empresas brasileiras de capital aberto. **Revista Universo Contábil**, [s. l.], v. 15, n. 4, p. 109–126, 2019.

GALLEMORE, J.; GIPPER, B.; MAYDEW, E. L. Banks as Tax Planning Intermediaries. **Journal of Accounting Research**, [s. l.], v. 57, n. 1, 2019. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2796132. Acesso em: 11 jun. 2024.

GOMES, A. P. M. *et al.* A escrituração fiscal digital (EFD) minimiza a agressividade tributária no recolhimento do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS)? **Revista Universo Contábil**, [s. l.], v. 17, n. 2, p. 99–113, 2021.

GOMES, J. V. M. *et al.* Poder de mercado e agressividade tributária. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, [s. l.], v. 19, n. 51, p. 03–18, 2022.

GONÇALVES, R. de S.; NASCIMENTO, G. G. D.; WILBERT, M. D. Os efeitos da subvenção governamental frente à elisão fiscal e a geração de riqueza. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, [s. l.], v. 15, n. 45, p. 34–48, 2016.

HANLON, M.; HEITZMAN, S. A review of tax research. **Journal of Accounting and Economics**, [s. l.], v. 50, n. 2–3, p. 127–178, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jacceco.2010.09.002>.

HASAN, I. *et al.* Beauty is in the eye of the beholder: The effect of corporate tax avoidance on the cost of bank loans. **Journal of Financial Economics**, [s. l.], v. 113, n. 1, p. 109–130, 2014.

HASAN, I. *et al.* Does social capital matter in corporate decisions? Evidence from corporate tax avoidance: **Journal of Accounting Research**, [s. l.], v. 55, n. 3, p. 629–668, 2017.

KHELIL, I.; KHLIF, H. Tax avoidance in family firms: a literature review. **Journal of Financial Crime**, [s. l.], v. 30, n. 4, p. 1021–1035, 2023.

LAFFER, A. B. Statement prepared for the joint economic committee. *In*: THE ECONOMICS OF THE TAX REVOLT: A READER. [S. l.]: Arthur Betz Laffer; Jan P. Seymour, 1979.

LIMA, A. P. A. *et al.* Multinacionalidade, ativos intangíveis e agressividade fiscal. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, [s. l.], v. 18, n. 47, p. 124–139, 2021.

LIMA, E. M.; REZENDE, A. J. Um estudo sobre a evolução da carga tributária no Brasil: uma análise a partir da Curva de Laffer. **Interações (Campo Grande)**, [s. l.], v. 20, n. 1, p. 239–255, 2019.

LUNGU, C. *et al.* The Association between Audit Quality and Corporate Tax Avoidance. A Bibliometric Review of Literature and Early Evidence on the European Union, from the Perspective of Tax-Related Key Audit Matters Disclosure. **Journal of Risk and Financial Management**, [s. l.], v. 16, n. 8, p. 345, 2023. Disponível em: <https://www.mdpi.com/1911-8074/16/8/345>. Acesso em: 22 maio 2024.

MACHADO JUNIOR, C. *et al.* As Leis da Bibliometria em Diferentes Bases de Dados Científicos. **Revista de Ciências da Administração**, [s. l.], v. 18, n. 44, p. 111, 2016.

MAMEDE JUNIOR, E. *et al.* Efeito da remuneração como incentivo gerencial ao risco e agressividade

tributária no Brasil. **Revista Gestão Organizacional**, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 117–134, 2023.

MARCHESI, R. F.; ZANOTELI, E. J. Agressividade fiscal e investimentos no mercado acionário brasileiro. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, [s. l.], v. 13, n. 3, p. 065–083, 2020.

MARINHO, L. L. D. S.; ALMEIDA, L. M. R. D.; MACHADO, L. D. S. A influência da qualidade de auditoria na tax avoidance de empresas brasileiras listadas na B3. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 115–132, 2022.

MARQUES, V. A. *et al.* Agressividade tributária, estágios do ciclo de vida e nível de investimentos: uma análise do efeito moderador em empresas listadas na B3. **Contabilidade Vista & Revista**, [s. l.], v. 33, n. 2, p. 57–83, 2022a.

MARQUES, V. A. *et al.* Incerteza econômica e nível de agressividade tributária das empresas listadas na B3. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 94–111, 2022b.

MARTINEZ, A. L. Agressividade tributária: um survey da literatura. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, [s. l.], v. 11, p. 106–124, 2017.

MARTINEZ, A. L. **Currículo Lattes Antonio Lopo Martinez**. [S. l.: s. n.], 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/zJUcN>.

MARTINEZ, A. L.; BRITO, F. O.; CHIACHIO, V. F. D. O. Effect of tax aggressiveness on ceo turnover. **Revista Contabilidade e Controladoria**, [s. l.], v. 12, n. 2, p. 25–41, 2020.

MARTINEZ, A. L.; CERIZE, N. M. F. A influência da estrutura de controle na agressividade tributária corporativa. **Enfoque: Reflexão Contábil**, [s. l.], v. 39, n. 2, p. 153–163, 2020.

MARTINEZ, A. L.; LESSA, R. C.; MORAES, A. D. J. Remuneração dos auditores perante a agressividade tributária e governança corporativa no Brasil. **Revista Contabilidade e Controladoria**, [s. l.], v. 6, n. 3, p. 8–18, 2014.

MARTINEZ, A. L.; RAMALHO, V. P. Agressividade tributária e sustentabilidade empresarial no Brasil. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, [s. l.], v. 16, n. 49, p. 7–16, 2017.

MARTINEZ, A. L.; SANTANA JÚNIOR, J. L. D.; SENA, T. R. Agressividade tributária como fator determinante do conservadorismo condicional no Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças**, [s. l.], v. 33, n. 90, p. e1484, 2022.

MARTINEZ, A. L.; SILVA, J. D. R. Agressividade fiscal de empresas brasileiras com transações entre partes relacionadas no exterior. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 4–16, 2019.

MARTINEZ, A. L.; SILVA, R. F. D. Agressividade Fiscal e o Custo de Capital de Terceiros no Brasil. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 240–251, 2017.

MARTINEZ, A. L.; SILVA, G. A. D. Agressividade Tributária de Empresas Brasileiras Listadas na B3 e Emissoras de ADRs: Comparação entre Regulações da SOX, SEC e B3. **Revista de Contabilidade da UFBA**, [s. l.], v. 17, n. 2127, p. 1–20, 2023.

MARTINEZ, A. L.; SILVA, R. D. Empresas brasileiras de capital aberto que pagam menos impostos

- criam mais empregos?. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, [s. l.], v. 19, n. 2894, p. 1–15, 2020.
- MARTINEZ, A. L.; SILVA, R. D. Restrição financeira e agressividade fiscal nas empresas brasileiras de capital aberto. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, [s. l.], v. 11, n. 3, p. 448–463, 2018.
- MASSARO, M.; DUMAY, J.; GUTHRIE, J. On the shoulders of giants: undertaking a structured literature review in accounting. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, [s. l.], v. 29, n. 5, p. 767–801, 2016. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/AAAJ-01-2015-1939/full/html>. Acesso em: 11 jun. 2024.
- MEDEIROS, J. T. *et al.* Concentração acionária e tax avoidance: E quando o estado é o maior acionista?. **Revista Universo Contábil**, [s. l.], v. 17, n. 2, p. 61–76, 2021.
- MORAES, G. S. de C. *et al.* Agressividade fiscal e evidenciação tributária: Um estudo nas companhias brasileiras de capital aberto. **Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, [s. l.], v. 19, n. 13, p. 197–216, 2021.
- NERUDOVA, D. *et al.* International tax planning within the structure of corporate entities owned by the shareholder-individuals through Panama Papers destinations. **Development Policy Review**, [s. l.], v. 38, n. 1, p. 124–139, 2020.
- OGUTTU, A. W.; KAYIS-KUMAR, A. Curtailing aggressive tax planning: the case for introducing mandatory disclosure rules in Australia (part 2) - cues from the United Kingdom and South Africa. [s. l.], v. 17, n. 2, p. 233–257, 2020.
- PIRES, M.; MARQUES, P. R.; BERGAMIN, J. **A tributação da renda corporativa no Brasil: estimativas da carga tributária efetiva a partir das demonstrações de resultado no período 2012-2022**. [S. l.: s. n.], 2023.
- RAMOS, M. C.; MARTINEZ, A. L. Agressividade tributária e o refazimento das demonstrações financeiras nas empresas brasileiras listadas na B3. **Pensar Contábil**, [s. l.], v. 20, n. 72, p. 04–15, 2018.
- RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Carga tributária no Brasil 2021 - Análise por tributos e bases de incidência**. [S. l.: s. n.], 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/estudos/carga-tributaria/carga-tributaria-no-brasil-2021/view>. Acesso em: 1 nov. 2023.
- RODRIGUES, D. V.; GALDI, F. C. Taxa de imposto efetiva nas empresas brasileiras: Uma comparação entre as companhias abertas e fechadas. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, [s. l.], v. 17, n. 42, p. 57–69, 2020.
- RODRIGUES, M. A.; MARTINEZ, A. L. Demora na publicação das demonstrações contábeis e a agressividade fiscal. **Pensar Contábil**, [s. l.], v. 20, n. 71, p. 14–23, 2018.
- SAMPAIO, L. E. T.; MARQUES, H. R. A importância do planejamento tributário nas micro e pequenas empresas. **Revista Controle - Doutrina e Artigos**, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 199–217, 2015.
- SANTOS, L. P. G. D. *et al.* A influência dos serviços tributários prestados pelo auditor na tax avoidance das empresas: evidências do Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, [s. l.], v. 15, n. e175839, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rco/article/view/175839>. Acesso em: 17 ago.

2023.

SANTOS, A. B. D.; ARAÚJO, M. A. D. Planejamento Tributário: Uma Análise do Perfil dos Artigos Disponíveis na Plataforma CAPES no Período de 2009 a 2019. **Revista Paraense de Contabilidade**, [s. l.], v. 4, n. 3, p. 24–38, 2019.

SANTOS, D. C. dos; GUIMARÃES, G. O. M.; MACEDO, M. A. da S. Gerenciamento tributário e qualidade da informação contábil: análise do impacto da agressividade tributária na capacidade informacional do lucro para o mercado brasileiro de capitais. **Pensar Contábil**, [s. l.], 2018.

SANTOS, D. G. D.; OLIVEIRA, A. S. D. Agressividade fiscal e a lucratividade nas empresas do setor de energia elétrica do Brasil. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, [s. l.], v. 19, n. 3044, p. 1–18, 2020.

SANTOS, R. B. D.; REZENDE, A. J. Determinantes da evasão fiscal em instituições financeiras: evidências do Brasil e dos Estados Unidos. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, [s. l.], v. 17, n. 45, p. 152–167, 2020.

SARAGIH, A. H.; ALI, S. Corporate tax risk: a literature review and future research directions. **Management Review Quarterly**, [s. l.], v. 73, n. 2, p. 527–577, 2023. Disponível em: <https://link.springer.com/10.1007/s11301-021-00251-8>. Acesso em: 22 maio 2024.

SCARPA, F.; SIGNORI, S. Understanding corporate tax responsibility: a systematic literature review. **Sustainability Accounting, Management and Policy Journal**, [s. l.], v. 14, n. 7, p. 179–201, 2023.

TARDIN, N.; OLIVEIRA, W. L. D. Empresas gerenciam lucros tributáveis e contábeis simultaneamente em tempos de crise?. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, [s. l.], v. 14, n. 3, p. 192–203, 2021.

VELLO, A. P. C.; MARTINEZ, A. L. Planejamento tributário eficiente: Uma análise de sua relação com o risco de mercado. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, [s. l.], v. 11, n. 23, p. 117–140, 2014.

WICAKSONO, I. C.; ADI, P. H. The Influence of The Covid-19 Pandemic on Tax Avoidance. **Jurnal Economia**, [s. l.], v. 19, n. 1, p. 1–12, 2023.

XAVIER, M. B.; THEISS, V.; FERREIRA, M. P. Impacto da agressividade fiscal na rentabilidade das empresas de capital aberto listadas na B3. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, [s. l.], v. 21, n. e3229, p. 1–18, 2022.